

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 489.888 - MG (2019/0016442-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : RAIMUNDO JOSÉ DOS REIS FILHO
ADVOGADO : RAIMUNDO JOSÉ DOS REIS FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
MG122581
EMBARGADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE FRUTAL - MG

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por RAIMUNDO JOSÉ DOS REIS FILHO à decisão de fl. 17, que indeferiu liminarmente a petição inicial.

Sustenta a parte embargante que a decisão padece de contradição, omissão e obscuridade ao não tratar de matérias de ordem pública, que podem ser conhecidas de ofício por esta Corte Superior (fl. 20/22).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Não foram observados os requisitos previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, ou seja, os presentes embargos de declaração não se destinam a desfazer ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprir omissão existentes no julgado.

No caso, a decisão impugnada informou que além de impugnar ato de juiz de direito, a inicial não contém nenhuma referência à impetração de habeas corpus ou à interposição de recurso no Tribunal a quo, motivo pelo qual, o exame de tais questões por este STJ implicaria em necessária supressão de instância, com explícita violação da competência originária para o julgamento de habeas corpus, definida no art. 105, I, c, da Constituição Federal (HC n. 273.799/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 10/5/2016; RHC n. 98.880/CE, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 14/9/2018).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e determino a baixa imediata dos presentes autos independentemente do trânsito em julgado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

